

ANC 88
Pasta 16 a 21
Maio/87
050

Utópica e generosa, a Carta inviabiliza o País

De olho na platéia, políticos propõem absurdos, criam despesas e facilidades. Quem paga?

Extinção do Supremo não tem apoio

EZIO PIRES
Da Editoria de Cultura

"O Supremo Tribunal Federal já é uma Corte Constitucional". Esta frase telegráfica, dita pelo ministro Sydney Sanches, ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados, para os analistas mais atentos do processo constituinte, é o suficiente para mostrar a injustificabilidade do apressado relatório da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, com a proposta que acaba com o STF para colocar em seu lugar um "Tribunal Constitucional".

Em seu relatório feito apenas para atender exigências de prazos, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que participou com o ministro Sydney de um debate de três horas num dos plenários da Assembleia Nacional Constituinte, parece ter ignorado uma radiografia que foi tirada pelos estudos do STF da máquina judiciária brasileira. Os argumentos que mostram o STF como uma Corte Constitucional, centenas de milhares em pleno funcionamento não mereceram ainda, pelo menos no citado relatório, uma reflexão amadurecida.

Não se conhece ainda nenhum exemplo de bom resultado de Corte Constitucional exclusiva nos países onde tal modelo foi implantado. Enquanto o relatório preliminar daquela subcomissão tenta acabar com o STF, para substituir a sua missão histórica constitucional de "guardião da Constituição" num tipo de Comissão de Constituição e Justiça que também já existe, uma preocupação básica, que seria de uma política judiciária capaz de permitir a distribuição ou administração de justiça rápida e barata, está intrinsecamente esquecida entre os constituintes.

Essa idéia aparentemente sedutora de resolver os problemas da máquina judiciária, com a simples criação de um Tribunal Constitucional, não tem apoio nos exaustivos estudos já conhecidos e realizados com base em sugestões dos advogados e dos magistrados. Uma rápida pesquisa feita entre advogados que militam nos Tribunais Superiores sediados em Brasília, revelou, logo depois de conhecido o relatório do deputado Plínio de Arruda, que não se justificava acabar com o STF. Está prevalecendo uma tradição de 160 anos de um Tribunal, que a exemplos de todos os demais institutos republicanos teve seus momentos difíceis nas crises conjunturais, como a de hoje, mas jamais deixou de cumprir a sua missão de órgão nascido para garantir os direitos individuais. Popularmente, um advogado de Brasília lembrou que "mexer como estão querendo mexer com o STF, é mexer em time que está ganhando".

SERGIO CHACON
Editor de Política

Se forem aprovados em sua forma original, os anteprojetos da nova Constituição vão provocar o fechamento de pelo menos metade das empresas privadas nacionais, a elevação dos impostos sobre a renda e as mercadorias para fazer frente às novas despesas criadas e a renúncia à pesquisa tecnológica na área nuclear, além de submeter toda a atividade econômica ao controle do governo. Documento utópico e eleitoreiro, os anteprojetos em discussão são excelentes plataformas de campanha política de seus autores mas inviabilizam o país, cercelam a liberdade individual e criam situações absurdas. Até o próximo domingo, eles serão votados nas 24 subcomissões, encerrando a primeira etapa do processo de elaboração da nova Carta.

Ao lado de sugestões inteligentes e originais, como o dispositivo que assegura a vigência da Constituição mesmo em caso de golpes de estado ou que põe fim aos privilégios dos parlamentares, magistrados e militares com relação ao Imposto de Renda, os anteprojetos contêm propostas inviáveis e até mesmo absurdas, como um dispositivo, por exemplo, dedicado exclusivamente aos descendentes da família real brasileira ou o que submete a abertura de hospitais, clínicas e até consultórios médicos às concessões do Estado. Esta idéia pode ter finalidade nobre mas cria um novo foco de corrupção na máquina administrativa e liquidaria a medicina como profissão liberal.

A maioria dos anteprojetos traz, entre suas disposições, um excesso de fortalecimento do Estado, pressupondo a existência de um governo legítimo, popular e voltado para a solução dos principais problemas da sociedade. O único problema é que dele poderá se valer um governo autoritário, tirânico ou faccioso que venha a empalmar o poder a qualquer tempo. Em lugar do Estado neoplácido, ter-se-ia o Estado explorador, dotado juridicamente de todas as armas para implantar um regime de terror.

Alguns exemplos. Na área da saúde, o Poder Público não apenas é o senhor das concessões para a instalação de serviços como tem poderes para intervir, desapropriar ou expropriar qualquer setor privado

na área médica, sendo-lhe facultado ainda dirigir, para os fins que julgar conveniente, toda a produção das indústrias voltadas para o setor. Na área tributária, de outro lado, os municípios ficam autorizados a criar impostos sobre a circulação de mercadorias e instalar tribunais de contas municipais, duas iniciativas perigosas num país onde a metade dos prefeitos não tem o segundo grau completo.

BENESSES

Haja recursos financeiros para atender algumas propostas. A Subcomissão de Redivisão Territorial, por exemplo, sugere a criação de seis novos Estados e a elevação dos territórios de Roraima e Amapá à condição de Estados, como se um país que deve 100 bilhões de dólares e apresenta crônico déficit público tivesse verbas para tanto. O anteprojeto da saúde manda aplicar no setor 10% do Produto Interno Bruto; o da educação reserva para sua área 18% do orçamento da União e 25% do orçamento dos Estados; o de reforma agrária exige para seus projetos 5% do orçamento da União. Todos os deficientes físicos serão tutelados pelo poder público.

Concede-se isenção total de impostos às microempresas e às cooperativas. Criam-se incentivos fiscais às empresas da área de ciência e tecnologia de capital genuinamente nacional. Reservam-se áreas do mercado exclusivamente às empresas brasileiras e isentam-se malores salarizados do Imposto de Renda. Tudo muito bonito. Mas quem vai pagar impostos para custear todas as facilidades criadas?

As empresas? Pode ser. Mas o anteprojeto dos direitos de trabalhadores também é generoso, concedendo aposentadoria aos 30 anos de serviço para todos os trabalhadores do sexo masculino e aos 25 para os do sexo feminino. Gestantes ou mulheres com gravidez interrompida tem direito a 180 dias de licença remunerada. Todos têm direito a receber nas férias o salário dobrado. O direito de greve é pleno, inclusive em setores essenciais e no serviço público, sem qualquer limitação e todos terão direito à participação no lucro e no faturamento das empresas. Mais ainda: as empresas ficam obrigadas a fornecer alimentação gratuita a todos os seus empregados no local de trabalho "ou em outro de mútua

conveniência". (Eu já preveni a direção do jornal: de minha conveniência são o Florentino, o Plantela, o Forty Five, o Baby Beef e o Gaff.)

ILUSÕES

Outras idéias contidas nos anteprojetos: fica proibida toda propaganda de cigarros, bebidas e medicamentos em todo o território nacional. Fica proibida ainda a instalação de reatores nucleares em todo o país; jogamos fora Angra 1 (que, aliás, nunca funcionou) e renunciamos aos benefícios dos 4 bilhões de dólares já investidos no acordo assinado com a Alemanha, além de abandonarmos todas as pesquisas da área nuclear, na virada do século XXI.

Recursos do FGTS e das cadernetas de poupança só podem ser aplicados em cidades de pequeno e médio porte, pois as Capitais já estão muito inchadas. A taxa de juros fica estabelecida em 12% ao ano, seja qual for a inflação. Não haverá anistia para os crimes de tortura. Se alguém tiver algum problema grave de ordem constitucional, colhe mais 9.999 assinaturas e convoca o Tribunal Constitucional cuja criação é prevista no anteprojeto do Poder Judiciário, o qual extingue o Supremo Tribunal Federal. Ainda bem que foi rejeitada proposta da deputada Benedita da Silva para reservar 60% das vagas escolares a crianças negras. Iamos criar uma África do Sul às avessas no país.

"Os relatórios foram feitos para a platéia. Poucos se preocuparam em elaborar uma Constituição realista e aplicável", constata um deputado do DF, indignado poque nenhuma de suas sugestões foi aproveitada pelo relator da Subcomissão.

"Seu eu soubesse que seria essa palhaçada, teria proposto salário mínimo de Cz\$ 10 milhões para todo mundo e teria a reeleição garantida", reclama um deputado paulista.

Os críticos da demagogia não querem se identificar com medo de serem chamados reacionários. Um deles me pergunta se eu terel coragem de escrever sobre todas as besteiras que figuram nos anteprojetos. Mas há um consenso na Constituinte: ou o trabalho de filtragem das propostas passa a ser sério a partir do dia 25, nas Comissões, e se torna drástico na Comissão de Sistematização, ou então será o caos.

Será mesmo?

Sugestões da sociedade são acatadas

Ainda não é possível avaliar toda a importância das sugestões encaminhadas à Constituinte pela sociedade civil e pelas entidades de classe. Mas elas já mostraram sua grande utilidade nesta primeira fase dos trabalhos. Muitas das propostas que agora aparecem nos pareceres dos relatores das 24 subcomissões temáticas partiram da sociedade civil. Elas chegaram à Assembleia pela via dos debates e audiências públicas, como também através do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) ou simplesmente por carta.

As sugestões foram úteis de duas maneiras. Muitas tiveram aproveitamento integral. Um exemplo foi o material encaminhado pela Câmara dos Vereadores de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, a partir de uma iniciativa do vereador Luiz Machado Strabill. A Câmara sugeriu, entre outras coisas, a proibição de se criar empréstimos compulsórios por meio de decretos-leis.

O relator Fernando Bezerra Coelho, da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, aproveitou integralmente a sugestão, incluindo-a no seu parecer. "Deu para sentir", explica Fernando Coelho, "com base nos expedientes recebidos, que a sociedade civil e a Constituinte estão em sintonia".

Mesmo quando não houver o aproveitamento direto das sugestões, elas serviram de referencial para os constituintes e ajudaram a afirmar ou demover opiniões e conceitos. "Todo esse material", diz o deputado José Luiz Mala (PDS-PI), relator da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, "permitiu-nos traçar determinados parâmetros".

Opinião mais ou menos parecida tem o relator da Subcomissão do Sistema Eleitoral e dos Partidos Políticos, Francisco Rossi (PTB-SP). Ele imaginava que sua subcomissão iria receber muitas cartas, mas o número foi pequeno: 40. No entanto, o número de pessoas que procuraram a subcomissão e as sugestões permitiram-lhe ir cristalizando posições que, afinal, estão sendo defendidas por ele no seu parecer.

No caso da Subcomissão do Poder Legislativo, as sugestões recebidas levaram o relator José Jorge (PFL-PE) a imaginar mecanismos constitucionais que, bem a propósito, garantissem a possibilidade de qualquer cidadão brasileiro, parlamentar ou não, assumir a iniciativa de propor mudanças na Constituição.

Já o relator da Subcomissão de Municípios e Regiões, deputado Aloysio Chaves, acha que a iniciativa de abrir uma "janela" para a sociedade civil, "trouxe luz e ar à Constituinte". Mas a subcomissão campeã das sugestões populares foi a dos Direitos dos Trabalhadores, cujo relator é o deputado Mário Lima, do PMDB.



Marcelo Cordeiro: Constituinte é um vulcão e não um colégio de freiras

Cordeiro: em linha direta com a Nação

"Esta não será uma Constituição de grupos fechados. Ela será um grande consenso nacional que preparará o País para ingressar definitivamente no futuro democrático e socialmente progressista que os brasileiros esperam". A afirmação é do 1º secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), que analisa esta primeira etapa dos trabalhos da Constituinte "como bastante produtiva e que revela uma grande capacidade criativa". Segundo ele, os relatórios apresentados pelas subcomissões "repercutem um pensamento profundamente democrático, um desejo de buscar instituições democráticas ágeis, eficientes e renovadoras". Eis a íntegra da entrevista.

Deputado, o episódio constrangedor ocorrido na última quinta-feira, na reunião da Comissão de Sistematização, demonstra que o jogo de forças na Constituinte começa a ficar acirrado. O sr. acha que essa situação vai se agravar com o andamento dos trabalhos na Constituinte?

A Constituinte não é um colégio de freiras. Pelo contrário. É um acontecimento vulcânico onde todas as paixões e interesses da sociedade pousam. Naturalmente, os grandes temas são fator de contrastes profundos. Aqui se darão os níveis mais elevados de politização desses contrastes, desses interesses divergentes. E claro que os ânimos devem ser temperados. E preciso se criar uma consciência muito clara e nítida dos nossos limites e, principalmente, do nosso espírito de tolerância.

O sr. acha que os constituintes que hoje representam grupos como a UDR sairão vitoriosos no final?

Eu acredito que a sociedade brasileira já evoluiu bastante para discutir os seus problemas em nível político mais elevado, dispensando a radicalização estéril e o sectarismo sério. Eu creio que prevalecerão os debates que possam ser amparados na opinião de segmentos sociais presentes e vivos na sociedade nacional. Não acredito que a Constituinte possa ser decidida por pressões de grupos minoritários. E por isso

que a Constituinte tem procurado romper com todas as barreiras de seu relacionamento com a sociedade civil para que ele seja direto. Esta não será uma Constituição de grupos fechados. Ela será um grande consenso nacional que preparará o País para ingressar definitivamente no futuro democrático e socialmente progressista que os brasileiros esperam.

A radicalização maior deve acontecer na Comissão de Sistematização. O sr. acha que o presidente Afonso Arinos terá pulso para barrar as manipulações e manobras?

Eu acredito que a Comissão de Sistematização será de fato um palco de debates intensos e acalorados. O presidente Afonso Arinos é um homem dotado de virtudes democráticas já conhecidas e detentor de uma experiência parlamentar e política apreciada. A própria responsabilidade que cada constituinte tem em preservar esta magna conquista do povo brasileiro, todos estes fatores se articularão para assegurar os elementos de equilíbrio indispensáveis às decisões que a Comissão de Sistematização terá que adotar e o próprio plenário.

O sr. já tem um indicativo de que os trabalhos estão sendo produtivos e que há perspectivas de mudanças concretas com a nova Constituição?

A Constituinte está cumprindo os seus prazos e com os pareceres e relatórios, nós podemos ver que, de fato, as idéias mais inovadoras, as aspirações mais presentes da sociedade brasileira ingressaram nesses pareceres. Nós estamos fazendo uma segunda filtragem e promover um segundo processo de negociação política de todos os componentes sociais interessados. E assim será até o último momento, que é o do plenário.

Tem se falado num trem da Constituinte...
— E a Constituinte até o momento não realizou nenhuma contratação e isso já desmonta qualquer tentativa de desmoralização da Constituinte por esse lado administrativo. Pelo contrário, ela tem apenas requisitado funcionários que, prestando serviços especiais extraordinários, portanto sem horário fixo de trabalho, passaram a ter direito a gratificações. Seria uma estupidez explorar a força de trabalho desses funcionários sem pagar por esse trabalho.

Secretaria, sempre procurada

Ramal 6962, das Ilhas Internas da Câmara dos Deputados, é, desde a instalação e funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, um dos números mais discados e, quase sempre ocupados. Ali, 559 constituintes, quase mil funcionários e o batalhão de jornalistas que faz a cobertura dos trabalhos da Constituinte estão sempre em busca de informação, de fazer uma reclamação ou tentando colocar um eleitor, um amigo ou parente. O ramal 6962 é do gabinete da primeira secretaria da Assembleia Nacional Constituinte, onde o deputado Marcelo Cordeiro

tem a responsabilidade de tocar toda parte administrativa.

Marcelo Cordeiro se confessa satisfeito com os primeiros trabalhos da Constituinte. A verba para o funcionamento, por exemplo, que era o grande problema, teve uma solução doméstica. Consultando o orçamento da União, o deputado Marcelo Cordeiro constatou que nas dotações da Câmara e do Senado existiam verbas para o funcionamento da Constituinte. Assim vem sendo feito. As despesas são retiradas dos dois orçamentos e a Constituinte vai saindo, com publicações, viagens, in-

formatação geral e prestando contas à sociedade, através de programas de rádio, televisão e um jornal que sairá esta semana.

Marcelo Cordeiro diz que administrativamente a Constituinte vai bem, totalmente informatizada, com descentralização das atividades, inclusive com representantes do Prodasen em cada comissão, para agilizar os trabalhos, com serviços de apoio e informações, tanto para constituintes como para a sociedade. Mesmo os problemas encontrados com a burocracia foram aos poucos superados.

TECIDOS

TECIDOS PARA CORTINAS
— Voil Calux c/ 1,50 m de largura Cz\$ 98,00
— Paixa de seda Calux c/ 1,50 m de largura Cz\$ 110,00
— Renda de Linho Cz\$ 110,00
— Cetim estampado F. Bom-bem Cz\$ 170,00
— Gabardine de 1,50 m de largura Cz\$ 180,00
— Cetim Neila Cz\$ 198,00
— Cetim Dahrui liso e estampado Cz\$ 200,00
— Cetim de algodão Carnasme Cz\$ 200,00
— Shantung Neila Cz\$ 200,00

FORROS
— Forro de Black-Out leve Vulcan Cz\$ 49,00
— Algodão cru c/ 2,00 m de largura Cz\$ 98,00
— Forro de Black-Out pesado Vulcan Cz\$ 138,00
— Forro de tergal c/ 3,00 m de largura Cz\$ 198,00
— Pontas de estoque, pequenas metras Cz\$ 150,00

SOLUÇÃO
212 Sul 244.2033 - 415 Sul 243.9719

TODO O TECIDO É PARA PRONTA ENTREGA

Quem poupa no BRB tem todas as garantias: mensalmente seu dinheiro cresce e vale mais, você tem sempre uma reserva à disposição e ainda pode deduzir do Imposto de Renda — tudo com a segurança de um grande banco.

Poupança BRB. Você investe em você e na sua cidade e fica muito mais relaxado para curtir as boas coisas que a vida lhe dá.

POUPANÇA BRB BANCO DE BRASÍLIA

Essa é nossa SUA RESERVA DE TRANQUILIDADE

Relaxe. Você tem Caderneta de Poupança BRB.